

Estudo Técnico Preliminar - 83/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23343002350202249

2. Descrição da necessidade

Dar continuidade à produção da Revista Agrogeoambiental, periódico institucional do IFSULDEMINAS. A Revista era revisada por uma servidora da CPTC, que deixará o setor. Assim, será necessária a contratação do serviço, para garantir a qualidade dos artigos publicados. A Revista Agrogeoambiental visa divulgar os resultados das principais pesquisas realizadas no Brasil e no exterior nas áreas de Ciências Agrárias e Ambientais. A produção do periódico é um dos meios de democratizar o acesso à informação

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPPI)	Cristina Lucia Janini Lopes
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPPI)	Monalisa Aparecida Pereira
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPPI)	Alan Silva Fialho
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPPI)	Kélica Andréa Campos de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Serviço de revisão de língua portuguesa para a Revista Agrogeoambiental, para garantir a qualidade linguística dos artigos publicados. É necessária a contratação de serviço especializado para atender à demanda, uma vez que a revisora da CPTC deixará o setor para atender outras necessidades institucionais e este é um serviço especializado que não pode ser realizado por outro servidor.

Para evitar erros e atrasos no serviço, faz-se necessário exigir Atestado de Capacidade Técnica como requisito de qualificação técnica, na licitação, com vista a que reste comprovado que a empresa haja prestado serviços idênticos ou similares ao almejado, qual seja "periódico com extrato Qualis Capes A". Para tanto, requerer-se-á que haja a apresentação de ao menos um atestado de capacidade técnica.

Desde 2018, a Revista deixou de ser impressa, e a sua distribuição ocorre apenas de maneira on-line, o que contribui significativamente para a adoção de critérios de sustentabilidade no âmbito da instituição.

5. Levantamento de Mercado

Existem várias empresas que podem atender à demanda. Optamos por fazer o levantamento de preços no Painel de Preços do Governo Federal, por ser um portal confiável, que permite uma ampla consulta.

A solução viável é a aquisição por meio de licitação, em que várias empresas possam concorrer, por meio de **pregão eletrônico para registro de preços**. Com a exigência de atestação da capacidade técnica dos proponentes, almeja-se a obtenção de serviços de alta qualidade.

Esta solução se mostra viável, uma vez que a revisão feita por meios próprios é impraticável, tendo em vista que a revisora de textos deixará a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação para assumir outras demandas institucionais.

6. Descrição da solução como um todo

Dentro das especificações e detalhamento do serviço de revisão de texto de artigos científicos em língua portuguesa que compõe o termo de referência, destacamos a necessidade da QUALIDADE do serviço, tendo em vista que uma publicação técnico-científica possui termos próprios da área que a diferem de uma publicação de divulgação, por exemplo, para isso solicitamos que seja acrescido ao termo de referência como conteúdo obrigacional que o concorrente apresente atestado de capacidade técnica emitido por editor-chefe de periódico científico com extrato Qualis A.

O acompanhamento da prestação do serviço visa garantir a preservação do conteúdo, de modo que os arquivos revisados sejam entregues com todas as edições marcadas e que nenhuma alteração seja feita sem o conhecimento e concordância dos autores.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Demanda atual			
Necessidade identificada	Quantitativo Demandado	Preços cotados (Valor unitário)	Valor total
Revisão de artigos científicos em língua portuguesa	600	9,60	5.760,00
		11,08	6.648,00
		20,00	12.000,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.136,00

O custo médio global, a formar o preço estimado para a licitação, é de R\$ 8.136,00 (oito mil, cento e trinta e seis reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica, uma vez que o objeto requerido ("Serviço de Revisão de Texto em Língua Portuguesa para a Revista Agrogeoambiental") é de inteira responsabilidade desta Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; ou seja, não há, ou haverá, a cisão do objeto contratual entre este e outros setores.

Assim, há a necessidade desta única contratação, para o atendimento de toda a demanda institucional, a qual trata-se de contratação renascente, periodicamente (isto é: trimestralmente), ano a ano.

Requer-se a sua formalização por meio de termo de contrato, que lhe permitirá sucessivas prorrogações do prazo de vigência, até o limite permitido em lei.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente, há, vigente, dois contratos cujos objetos são a prestação de serviços especializados de revisão de textos de língua inglesa e serviço de editoração. O serviço de revisão em língua portuguesa pode ocorrer antes ou concomitantemente ao serviço de revisão em língua inglesa; todavia, a editoração (diagramação) não se inicia sem que as revisões de língua inglesa e língua portuguesa estejam concluídas. Desta forma, há, na atualidade, contratos correlatos (atuação sobre textos institucionais) e interdependentes (atuação primária e atuação secundária).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está de acordo com o planejamento da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPI) registrado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Também, encontra-se alicerçada em pretensão contratual registrada no Plano Anual de Contratações (PAC) sob o número 1054.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Agrogeoambiental visa divulgar os resultados das principais pesquisas realizadas no Brasil e no exterior nas áreas de Agronomia, Engenharia Agrícola, Geomática, Geologia, Silvicultura, Zootecnia e Ecologia. A produção do periódico pela instituição é um dos meios de democratizar o acesso à informação, e a sua disponibilização gratuita, em formato digital, democratiza o acesso à ciência, além de promover e divulgar o nome da instituição para pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa nas áreas afins.

13. Providências a serem Adotadas

Levantamento das necessidades de contratação de acordo com a norma editorial da revista. Realização de pesquisas de mercado e de preços, com vista à formação de preço estimado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Revista é distribuída de maneira on-line, o que diminui significativamente os impactos ambientais, uma vez que não mais se utiliza o suporte papel para a sua veiculação, tampouco há a necessidade de despacho de edições por via postal, a pequenas, médias e grandes distâncias. Logo, não se vislumbra a ocorrência de impactos ambientais, potenciais ou atuais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição do serviço é viável uma vez que a publicação da Revista Agrogeoambiental é importante para a avaliação da instituição por órgãos como a Capes e o CNPq, responsáveis por fornecerem bolsas de pesquisas, aprovarem cursos de especialização e pós-graduação, entre outros.

A revista também é um meio acessível aos pesquisadores da instituição divulgarem suas pesquisas.

A necessidade de contratação desse serviço torna-se viável, uma vez que a revisora de textos deixará a PPPI para assumir outras funções institucionais, assim, não haverá mais um revisor de textos no setor.

16. Responsáveis

MONALISA APARECIDA PEREIRA

Integrante Técnico

CRISTINA LUCIA JANINI LOPES

Integrante Requisitante

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP.pdf (521.93 KB)

Anexo I - ETP.pdf



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

ETPR Nº8/2022/CPTC/DPPG/PPPI/IFSULDEMINAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação almejada, bem como a elencar e analisar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 do Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata.

A. Histórico de revisões:

Data	Versão	Descrição	Autor
08/07/2022	1	ETP - Revista Agrogeoambiental	PPPI/CPTC

B. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 40/2020 do ME	Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da

123/2006	Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 10.520/2002	Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Decreto nº 7.892/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Decreto nº 9.507/2018	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta.
	Regulamenta a contratação de serviços, mediante

Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017	execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização).
Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, na Secretaria de Gestão do Ministério da Economia	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

1. Informações Básicas e (NUP - Número Único de Processo)

O processo único será iniciado na Coordenadoria-Geral de Contratações Públicas.

2. Necessidade da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Dar continuidade à produção da Revista Agrogeoambiental, periódico institucional do IFSULDEMINAS. A Revista era revisada por uma servidora da CPTC, que deixará o setor. Assim, será necessária a contratação do serviço, para garantir a qualidade dos artigos publicados. A Revista Agrogeoambiental visa divulgar os resultados das principais pesquisas realizadas no Brasil e no exterior nas áreas de Ciências Agrárias e Ambientais. A produção do periódico é um dos meios de democratizar o acesso à informação

3. Dados para Contratação (Área requisitante):

Área requisitante	Responsável
PPPI	Cristina Lucia Janini Lopes
PPPI	Monalisa Aparecida Pereira
PPPI	Alan Silva Fialho
PPPI	Kélica Andréa Campos de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação [Escolha da Solução, com previsão de critérios e práticas de sustentabilidade].

Serviço de revisão de língua portuguesa para a Revista Agrogeoambiental, para garantir a qualidade linguística dos artigos publicados. É necessária a contratação de serviço especializado para atender à demanda, uma vez que a revisora da CPTC deixará o setor para atender outras necessidades institucionais e este é um serviço especializado que não pode ser realizado por

outro servidor.

Para evitar erros e atrasos no serviço, faz-se necessário exigir Atestado de Capacidade Técnica como requisito de qualificação técnica, na licitação, com vista a que reste comprovado que a empresa haja prestado serviços idênticos ou similares ao almejado, qual seja "periódico com extrato Qualis Capes A". Para tanto, requerer-se-á que haja a apresentação de ao menos um atestado de capacidade técnica.

Desde 2018, a Revista deixou de ser impressa, e a sua distribuição ocorre apenas de maneira on-line, o que contribui significativamente para a adoção de critérios de sustentabilidade no âmbito da instituição.

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

Existem várias empresas que podem atender à demanda. Optamos por fazer o levantamento de preços no Painel de Preços do Governo Federal, por ser um portal confiável, que permite uma ampla consulta.

A solução viável é a aquisição por meio de licitação, em que várias empresas possam concorrer, por meio de pregão eletrônico para registro de preços. Com a exigência de atestação da capacidade técnica dos proponentes, almeja-se a obtenção de serviços de alta qualidade.

Esta solução se mostra viável, uma vez que a revisão feita por meios próprios é impraticável, tendo em vista que a revisora de textos deixará a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação para assumir outras demandas institucionais.

6. Descrição da solução como um todo [Escolha do tipo de Solução] (* Preenchimento Obrigatório):

Dentro das especificações e detalhamento do serviço de revisão de texto de artigos científicos em língua portuguesa que compõe o termo de referência, destacamos a necessidade da QUALIDADE do serviço, tendo em vista que uma publicação técnico-científica possui termos próprios da área que a diferem de uma publicação de divulgação, por exemplo, para isso solicitamos que seja acrescido ao termo de referência como conteúdo obrigacional que o concorrente apresente atestado de capacidade técnica emitido por editor-chefe de periódico científico com extrato Qualis A.

O acompanhamento da prestação do serviço visa garantir a preservação do conteúdo, de modo que os arquivos revisados sejam entregues com todas as edições marcadas e que nenhuma alteração seja feita sem o conhecimento e concordância dos autores.

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas (* Preenchimento Obrigatório):

Demanda atual			
Necessidade identificada	Quantitativo Demandado	Preços cotados (Valor unitário)	Valor total

Revisão de artigos científicos em língua portuguesa	600	9,60	5.760,00
		11,08	6.648,00
		20,00	12.000,00

8. Estimativas Do Valor da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

O custo médio global, a formar o preço estimado para a licitação, é de R\$ 8.136,00 (oito mil, cento e trinta e seis reais).

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução (* Preenchimento Obrigatório):

Não se aplica, uma vez que o objeto requerido ("Serviço de Revisão de Texto em Língua Portuguesa para a Revista Agrogeoambiental") é de inteira responsabilidade desta Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; ou seja, não há, ou haverá, a cisão do objeto contratual entre este e outros setores.

Assim, há a necessidade desta única contratação, para o atendimento de toda a demanda institucional, a qual trata-se de contratação renascente, periodicamente (isto é: trimestralmente), ano a ano.

Requer-se a sua formalização por meio de termo de contrato, que lhe permitirá sucessivas prorrogações do prazo de vigência, até o limite permitido em lei.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Atualmente, há, vigente, dois contratos cujos objetos são a prestação de serviços especializados de revisão de textos de língua inglesa e serviço de editoração. O serviço de revisão em língua portuguesa pode ocorrer antes ou concomitantemente ao serviço de revisão em língua inglesa; todavia, a editoração (diagramação) não se inicia sem que as revisões de língua inglesa e língua portuguesa estejam concluídas. Desta forma, há, na atualidade, contratos correlatos (atuação sobre textos institucionais) e interdependentes (atuação primária e atuação secundária).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (* Preenchimento Obrigatório):

A contratação está de acordo com o planejamento da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPI) registrado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Também, encontra-se alicerçada em pretensão contratual registrada no Plano Anual de Contratações (PAC) sob o número 1054.

12. Resultados Pretendidos (Efetividade e desenvolvimento nacional sustentável):

A Agrogeoambiental visa divulgar os resultados das principais pesquisas realizadas no Brasil e no exterior nas áreas de Agronomia, Engenharia Agrícola, Geomática, Geologia, Silvicultura, Zootecnia e Ecologia. A produção do periódico pela instituição é um dos meios de democratizar

o acesso à informação, e a sua disponibilização gratuita, em formato digital, democratiza o acesso à ciência, além de promover e divulgar o nome da instituição para pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa nas áreas afins.

13. Providências anteriores à Contratação:

Levantamento das necessidades de contratação de acordo com a norma editorial da revista. Realização de pesquisas de mercado e de preços, com vista à formação de preço estimado.

14. Possíveis Impactos Ambientais:

A Revista é distribuída de maneira on-line, o que diminui significativamente os impactos ambientais, uma vez que não mais se utiliza o suporte papel para a sua veiculação, tampouco há a necessidade de despacho de edições por via postal, a pequenas, médias e grandes distâncias. Logo, não se vislumbra a ocorrência de impactos ambientais, potenciais ou atuais.

15. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar, declaramos que:

(X) É viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

() Não é viável a *contratação* proposta pela unidade requisitante.

15.1 Justificativa da viabilidade (* Preenchimento Obrigatório):

A aquisição do serviço é viável uma vez que a publicação da Revista Agrogeoambiental é importante para a avaliação da instituição por órgãos como a Capes e o CNPq, responsáveis por fornecerem bolsas de pesquisas, aprovarem cursos de especialização e pós-graduação, entre outros.

A revista também é um meio acessível aos pesquisadores da instituição divulgarem suas pesquisas.

A necessidade de contratação desse serviço torna-se viável, uma vez que a revisora de textos deixará a PPPI para assumir outras funções institucionais, assim, não haverá mais um revisor de textos no setor.

16. Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnico Preliminares:

Pouso Alegre/MG, 8 de julho de 2022

Integrante Técnico

Monalisa Aparecida Pereira

1089269

(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Requisitante

Cristina Lucia Janini Lopes

1990918

(Documento assinado eletronicamente)

17. Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar assumem caráter sigiloso, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Monalisa Aparecida Pereira**, REVISOR DE TEXTOS, em 08/07/2022 18:35:38.
- **Cristina Lucia Janini Lopes**, PRO-REITOR - SUB-CHEFIA - IFSULDEMINAS - PPPI, em 11/07/2022 11:15:15.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 266197

Código de Autenticação: d33dde8bb1

